



Concurso Público

Cargo 2:

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR II

Área:

JURÍDICA (Contencioso e Consultoria)



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 5/6/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**, a prova discursiva e espaço para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para as respectivas folhas.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e as folhas de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou nas folhas de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **6/6/2005**, a partir das 16 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/embrapa2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **7 e 8/6/2005** — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/embrapa2005.
- III **5/7/2005** — Resultado final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.
- IV **7 e 8/7/2005** — Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **27/7/2005** — Resultado final da prova discursiva e do concurso — para o cargo 2: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2005 — EMBRAPA, de 8/4/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8

1 Uma solução não apenas aparente mas real é a que
passou à história com o nome de maquiavélica, porque, de um
modo ou de outro, com ou sem razão, sempre esteve associada
4 ao autor de **O Príncipe**. Aqui, o dualismo está baseado na
distinção entre dois tipos de ações, as ações finais, que têm um
valor intrínseco, e as ações instrumentais, que somente têm
7 valor enquanto servem para que se alcance um fim
considerado como tendo valor intrínseco.

Não há teoria moral que não reconheça essa distinção.
10 Para dar um exemplo conhecido, a ela corresponde a distinção
weberiana entre ações racionais referidas ao valor e ações
racionais referidas ao fim. Por isso, não há teoria moral que
13 não se dê conta de que a mesma ação pode ser julgada de dois
modos diversos, segundo o contexto em que se desenrola e a
intenção com que é realizada.

16 O que constitui o núcleo fundamental do
maquiavelismo não é tanto o reconhecimento da distinção
entre ações boas em si e ações boas não por si mesmas, mas a
19 distinção entre moral e política com base nessa distinção, isto
é, a afirmação de que a esfera da política é a esfera das ações
humanas instrumentais, que, como tais, devem ser julgadas
22 não em si mesmas, mas com base na sua maior ou menor
idoneidade para o alcance do fim.

Isso explica a amoralidade da política no sentido de
25 que a política, em seu todo, é um conjunto de atividades
reguladas por normas e avaliáveis com um certo critério de
juízo.

28 A solução maquiavélica da amoralidade da política é
apresentada como aquela em que o princípio fundamental é:
“O fim justifica os meios.” Já em uma moral rigorística como
31 a kantiana, em geral em uma moral do dever, a consideração
de um fim externo à ação não só é imprópria mas também é
impossível, porque a ação, para ser moral, não deve ter outro
34 fim que o cumprimento do dever, que é precisamente o fim
intrínseco à própria ação.

Norberto Bobbio. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. Trad.
Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2002 (com adaptações).

Com relação às idéias desenvolvidas no texto acima e a aspectos gramaticais, julgue os itens a seguir.

- 1 O emprego do conector “enquanto” (ℓ.7) contribui para que se estabeleça o sentido de que as ações instrumentais, ao contrário das ações finais, têm valor circunstancial.
- 2 Na linha 21, se a vírgula que antecede o pronome relativo “que” fosse omitida, o sentido e a correção gramatical do texto seriam preservados.
- 3 No trecho “em que o princípio fundamental é” (ℓ.29), a correção gramatical seria mantida caso se substituísse “em que” por **cujo**, desde que fosse suprimido o artigo definido.

4 No quarto parágrafo, o autor critica o fato de as normas reguladoras da política serem avaliadas segundo um critério particular de juízo que se assemelha ao critério de julgamento das ações finais.

5 Não há elementos textuais que sustentem a inferência de que o autor do texto, Norberto Bobbio, faz, no quinto parágrafo, a apologia da teoria kantiana da moral por considerá-la de valor moral superior ao das demais teorias da moral.

Os itens que se seguem apresentam paráfrases de trechos do texto. Julgue-os sob dois ângulos: correção gramatical e fidedignidade às idéias desenvolvidas no texto.

6 As teorias morais que reconhecem serem distintas ações finais e as instrumentais derogam o dualismo moral, onde se inclui o maquiavelismo. (ℓ.1-9)

7 Visto que todas as teorias prescrevem que a ação seja julgada com base no contexto e na intenção, o dualismo fundamenta-se na distinção entre dois tipos de ação. (ℓ.9-15)

8 O maquiavelismo contribui para se explicar a imoralidade da política, haja visto postular que as ações humanas devem ser julgadas quanto aos fins que se queiram alcançar. (ℓ.16-23)

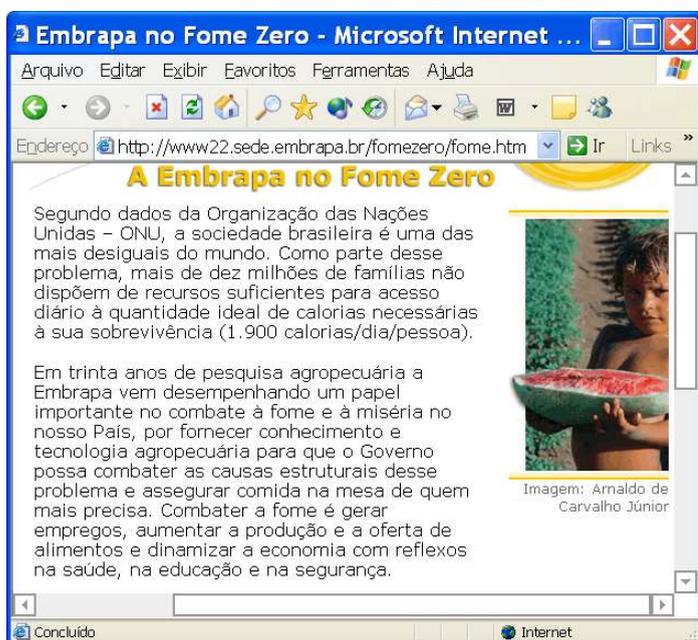
1 O deputado Apolônio Dourado, em entrevista ao **Jornal do Momento**, manifestou-se contra a ascensão funcional entre carreiras de funções correlatas ou mesmo a
4 reserva de vagas para seleção interna. Ele argumentou que era contra porque, segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei. Disse, ainda, que, assim sendo, o
7 funcionário que quisesse ascender funcionalmente tem de disputar a vaga em um concurso externo, como qualquer outro cidadão o faz.

10 No dia seguinte à entrevista, o mesmo jornal publicou carta do leitor J. Prata, na qual constava o seguinte: “Se o deputado Apolônio pensa assim, deveria ser
13 coerente e abrir mão de todos os privilégios dados aos parlamentares (ajudas de custo diversas, recesso etc.) para que fique igual aos demais servidores públicos, já que o
16 parlamentar também é um servidor público. Se ele disser que não abre mão porque o parlamentar exerce uma função de natureza diferente dos demais servidores, eu concordo
19 com ele. Mas, então, ele também terá de concordar comigo quando eu digo que um funcionário que já atua em determinada carreira, tendo nela ingressado por concurso
22 público, não é igual a uma pessoa que nunca fez parte daquela carreira.”

Com base na situação hipotética apresentada acima, julgue os itens subsequentes.

9 O período “Ele argumentou (...) perante a lei” (ℓ.4-6) poderia ser reescrito corretamente da seguinte forma: O deputado explicou porque era contrário à prática referida e citou o princípio constitucional da igualdade dos cidadãos perante às leis.

- 10 Seria mantida a coerência do texto caso a oração iniciada por ‘Se’ (l.12) fosse substituída por: **Uma vez que ele pensa assim.**
- 11 A expressão ‘abrir mão’ (l.13) foi empregada em sentido denotativo.
- 12 Se a situação de comunicação fosse outra, que exigisse o registro formal da língua, na carta escrita por J. Prata, o segmento “uma função de natureza diferente dos demais servidores” (l.17-18) deveria ter a expressão sublinhada modificada.
- 13 A oração com verbo no gerúndio ‘tendo nela ingressado por concurso público’ (l.21-22) poderia corretamente ser assim estruturada: **na qual tenha ingressado por meio de concurso público.**
- 14 Pelo que se depreende da argumentação de J. Prata, ele julga que a maioria dos servidores públicos não tem direito a ajuda de custo e a recesso.
- 15 Diferentemente da forma como argumenta o leitor J. Prata, o deputado Apolônio sustenta a sua opinião valendo-se, de forma objetiva, de fundamento previsto em lei.

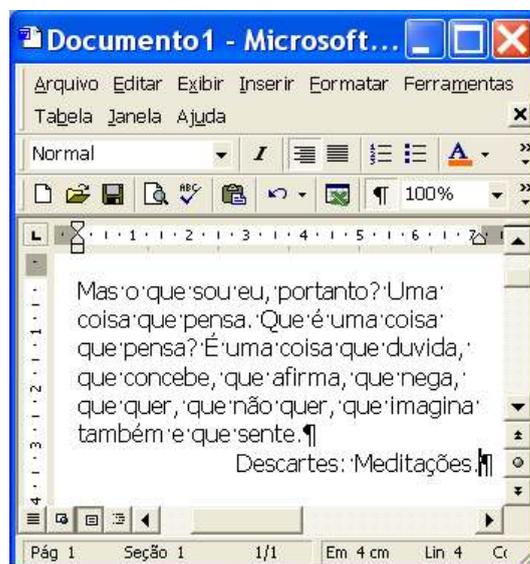


Considerando que a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada acima esteja em execução em um computador PC, cujo sistema operacional é o Windows XP Professional, julgue os itens seguintes, considerando ainda a página *web* mostrada na referida janela.

- 16 Para se selecionar o trecho de texto “Em trinta anos de pesquisa (...) na educação e na segurança.”, copiá-lo e colá-lo em um documento Word 2000 em edição no computador, é suficiente realizar o seguinte procedimento: posicionar o ponteiro do *mouse* sobre a palavra “Em” desse trecho; pressionar e manter pressionado o botão esquerdo do *mouse*; posicionar o ponteiro do *mouse* imediatamente após “segurança.”; liberar o botão esquerdo do *mouse*; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **C**; liberar a tecla **Ctrl**; no documento Word, posicionar o ponto de inserção no local desejado; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **V**; liberar a tecla **Ctrl**.

- 17 Ao se clicar o ícone , será iniciado processo de acesso à página *web* definida como inicial do IE6, ou seja, aquela definida como a primeira página *web* que deve ser acessada ao se iniciar uma sessão de uso do IE6.

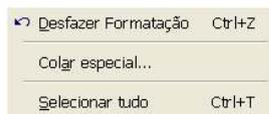
- 18 Para se acessar recursos disponíveis a partir do IE6 que permitem enviar o conteúdo da página *web* mostrada a um destinatário, na forma de mensagem de correio eletrônico, é suficiente clicar o botão . Esses recursos permitem, por exemplo, obter a janela ilustrada a seguir, desde que haja configuração suficiente.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2000, julgue os itens a seguir, sabendo que o ponto de inserção está posicionado no final da última linha mostrada do documento.

- 19 Para definir o último parágrafo mostrado do documento — “Descartes: Meditações.” — com o mesmo alinhamento do parágrafo imediatamente acima, é suficiente clicar o botão .

20 As opções mostradas na figura a seguir são disponibilizadas ao se clicar o menu **Formatar**.



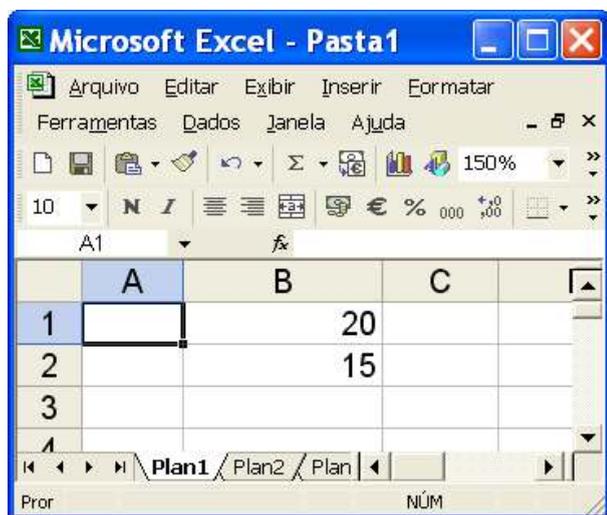
21 Para aplicar o estilo itálico apenas à palavra “Descartes”, é suficiente realizar o seguinte procedimento: aplicar um clique duplo sobre a referida palavra; clicar

22 Para inserir uma marca de tabulação no início da primeira linha mostrada, é suficiente realizar o seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar ; liberar a tecla **Ctrl**; teclar **Tab**.

Com relação ao Windows XP Professional, julgue os itens subsequentes.

23 Em geral, as janelas dos aplicativos do Windows apresentam três botões no canto superior direito: , e . O botão permite minimizar a janela, enquanto os botões e permitem, respectivamente, maximizá-la e fechá-la.

24 Para desligar corretamente um computador que use como sistema operacional o Windows XP Professional, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar, com o botão esquerdo do *mouse*, uma região vazia da área de trabalho; na lista de opções que aparece em decorrência dessa ação, clicar a opção Fazer logoff.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, com uma planilha em processo de edição. Com relação a essa janela e ao Excel 2002, julgue o item abaixo.

25 Para multiplicar os valores numéricos contidos nas células B1 e B2, pondo o resultado na célula B3, é suficiente clicar a célula B3 e, em seguida, clicar

Argentina e Brasil são, ou podem tornar-se, no plano sul-americano, o que Alemanha e França são para a Europa. Análogas razões de política internacional aconselham uma aliança estratégica entre nossos países. Essa aliança pode ser um elemento essencial para fortalecer a autonomia nacional e a capacidade de negociação dos dois países, particularmente com os Estados Unidos da América (EUA) e a própria União Européia.

Argentinos e brasileiros são muito diferentes, não raro opostos em muitos traços de seu caráter nacional. Mas não mais que alemães e franceses, por exemplo. E essas diferenças atraem; graças a elas, nossos povos podem complementar-se e enriquecer-se mutuamente. A quem interessa afastar Argentina e Brasil? Sempre haverá prioridades divergentes, diferenças de opinião e de situação nacional. O que não se deve permitir é que essas diferenças sejam magnificadas por redes de intrigas, que prejudicam nossos objetivos estratégicos.

Paulo Nogueira Batista Jr. *Argentina e Brasil*. In: *Folha de S. Paulo*, 5/5/2005, p. B2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e explorando a amplitude que o tema sugere, julgue os itens subsequentes.

26 Ao examinar as relações brasileiro-argentinas, o texto o faz considerando, implicitamente, o atual cenário econômico mundial, assinalado pela tendência à formação de blocos de países com vistas à inserção mais vantajosa em um mercado globalizado e altamente competitivo.

27 A analogia pretendida pelo texto, em termos de política internacional, a rigor não se sustenta. Enquanto, na América do Sul, as diferenças entre Brasil e Argentina são pontuais, na Europa razões históricas sempre impediram a aproximação entre França e Alemanha.

28 Um exemplo de como atua a rede de intrigas, mencionada no texto, deu-se na recente cúpula entre países sul-americanos e árabes que Brasília sediou. A não-participação de Nestor Kirchner, em certa medida, esvaziou a reunião e deu claro sinal de descontentamento do governo de Buenos Aires com a atual política externa brasileira.

29 O surgimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) decorre, entre outras motivações, de um passo pioneiro, qual seja, a aproximação entre Argentina e Brasil, nos anos 1980, conduzida pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney.

30 Em linhas gerais, o ponto de vista defendido no texto é que, da mesma forma que a vitoriosa União Européia somente se torna factível a partir da superação de antigas idiossincrasias, os “objetivos estratégicos” dos dois maiores países sul-americanos somente poderão ser alcançados pela via do confronto ostensivo com a atual potência hegemônica mundial.

O desmatamento e as queimadas prejudicam a vida dos moradores de cerca de mil municípios brasileiros, diz a pesquisa do IBGE em que os próprios prefeitos avaliam os danos ambientais. O desmatamento está entre os três maiores causadores de danos ambientais em 18 estados. As queimadas, em 14. Mas duas regiões específicas chamam a atenção dos pesquisadores: o oeste da Bahia e os estados localizados na margem norte do rio Amazonas.

Na Amazônia, os motivos da devastação são os mesmos de sempre: extração de madeira, pecuária, plantio de soja e ocupação predatória. O avanço da agricultura é o grande responsável pela devastação no oeste da Bahia. Se, por um lado, indica prosperidade econômica, por outro significa a ampliação das queimadas para apressar a preparação da terra a ser cultivada.

Ameaça que apavora mil cidades. In: Correio Braziliense, "Meio ambiente", 14/5/2005, p. 9 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 31 Entre os mais conhecidos danos trazidos pelos desmatamentos e queimadas destacam-se a destruição da vegetação, a morte de animais e, no que concerne ao solo, a perda de matéria orgânica e sua maior exposição à erosão.
- 32 Graças à dimensão das bacias hidrográficas brasileiras, até o momento o país desconhece casos de assoreamento de rios, lagos e represas que, decorrentes de problemas ambientais, possam gerar algum tipo de preocupação.
- 33 Além das queimadas e dos desmatamentos, quando se fala em alterações ambientais que prejudicam a vida da população deve-se pensar também, entre outros aspectos, em poluição da água e em esgotos que correm a céu aberto.
- 34 A falta de saneamento básico adequado é um dos elementos que mais diretamente interferem na mortalidade infantil em um país como o Brasil. Sabe-se que, em domicílios onde o esgotamento sanitário é inadequado ou inexistente, o índice de mortalidade de crianças é várias vezes mais elevado que em residências onde o problema não se apresenta.
- 35 Infere-se do texto que, em cidades brasileiras de grande porte — como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, por exemplo —, as diversas modalidades de poluição, a começar pela reconhecida má qualidade do ar, têm nas queimadas sua causa mais comum e determinante.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Heitor é proprietário de um imóvel em Goiânia – GO, avaliado em R\$ 1.500.000,00. Júlio, filho de Heitor, foi seqüestrado e os seqüestradores exigiram R\$ 150.000,00 em troca da vida de Júlio e, para tanto, deram ao pai o prazo de quatro horas. Cipriano, vizinho de Heitor, tomou conhecimento do seqüestro e foi até a casa de Heitor oferecer-lhe os R\$ 150.000,00 referentes ao resgate, mas, para que ele entregasse imediatamente o dinheiro, Heitor teria de assinar um contrato de promessa de compra e venda, em relação ao referido imóvel, sem pacto de arrependimento, por instrumento particular em que os mesmos se comprometiam a registrar o contrato no Cartório de Registro de Imóvel no dia seguinte. Ante o perigo de grave dano em relação a seu filho, Heitor aceitou a proposta.

Acerca da situação hipotética descrita acima, julgue os itens a seguir.

- 36 Nesse caso, o negócio jurídico realizado entre Cipriano, o vizinho, e Heitor referente ao contrato de promessa de compra e venda do imóvel localizado em Goiânia, é anulável em decorrência da coação praticada pelo vizinho.
- 37 O prazo prescricional é de quatro anos, contados de quando se realizou o negócio jurídico, caso o negócio jurídico seja anulável em decorrência de coação.
- 38 Se Cipriano se propusesse a reequilibrar o negócio jurídico, configurado o vício de lesão, suplementando o devido, ou seja, equilibrando o negócio jurídico, a validade deste seria preservada, pelo menos quanto à lesão.

Henrique, que tem 16 anos de idade e cursa a terceira série do ensino médio, assinou um contrato com Bóris e omitiu, dolosamente, a idade para convencer Bóris a assinar o contrato com ele. Ocorre que Henrique percebeu que o negócio não era tão bom quanto ele esperava e quer anular esse negócio jurídico. Sabe-se que Henrique não foi assistido na prática desse ato.

A propósito da situação hipotética descrita, julgue os itens seguintes.

- 39 Nessa situação, o negócio jurídico é anulável, uma vez que Henrique é relativamente incapaz.
- 40 Se o negócio jurídico objeto da situação descrita for anulável, pode ser ratificado. Somente se esse negócio jurídico fosse nulo é que não deveria ser confirmado pelo juiz, nem a requerimento das partes.
- 41 Como a situação considerada envolve um relativamente incapaz, o juiz deve conhecer de ofício, caso haja vício que contamine o negócio jurídico que o torne anulável, declarando a sua anulação independentemente do requerimento das partes.

Quanto à prescrição e à decadência, julgue os itens que se seguem.

42 Considere a seguinte situação hipotética.

Maria e Joaquim eram casados. Durante o casamento, Maria constituiu uma dívida com Joaquim. Eles se separaram judicialmente em agosto de 2004.

Nessa situação, é correto afirmar que somente após a separação judicial é que começou a correr a prescrição para a dívida que existia entre os cônjuges.

43 Não corre a prescrição nem a decadência contra os absolutamente incapazes.

44 A prescrição se interrompe quando corre contra os ausentes do país em serviço público da União.

45 É nula a renúncia à decadência convencional e o juiz deve conhecê-la de ofício.

Uma pessoa adquiriu um imóvel hipotecado e resolveu tomar para si o crédito garantido pelo imóvel que adquiriu. Para tanto, notificou o devedor da assunção da dívida. Passados 35 dias da notificação, o credor não apresentou impugnação, nem se manifestou acerca da transferência do débito.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

46 Na situação descrita, o silêncio do credor é interpretado como anuência, ou seja, significa que ele concordou com a assunção da dívida.

47 Ao pagar o crédito, o adquirente do imóvel hipotecado irá sub-rogar, nos direitos do credor, e essa sub-rogação não depende do consentimento do devedor que vendeu o imóvel hipotecado.

Sílvio e Orlando são agricultores. Orlando possui em sua propriedade agrícola uma indústria que beneficia milho. Sílvio é credor de Orlando em um contrato de mútuo. Por esse contrato, Orlando recebe de Sílvio certa quantidade de milho, que deve ser beneficiado e restituído. Nesse contrato, não foi convencionado o prazo do mútuo, porém existia uma cláusula penal determinando que, se o milho restituído estivesse com qualidade inferior à do emprestado, o mutuário pagaria multa de quinhentos dólares.

Com referência à situação hipotética acima, julgue os próximos itens.

48 Pelo mútuo, Sílvio transferiu a Orlando a propriedade do milho emprestado. Dessa forma, correm por conta de Orlando todos os riscos, desde a tradição.

49 A cláusula penal estipulada no contrato será válida, desde que o valor da multa não ultrapasse o valor da obrigação principal.

50 Como não se convencionou expressamente o prazo do mútuo, este será até a próxima colheita.

Considere que, em determinada ação, a decisão de mérito proferida pelo juiz ofendia coisa julgada em outro processo. A decisão em epígrafe também transitou em julgado em março de 2005. Ocorre que o juízo rejeitou a preliminar em que foi suscitada a coisa julgada. Em face dessas considerações, julgue os itens a seguir.

51 No caso considerado, já não é cabível recurso ordinário ou extraordinário contra a decisão que ofendeu a coisa julgada, nem caberá a rescisória, uma vez que esta já foi suscitada e rejeitada no processo.

52 Não há que falar em decadência em relação à rescisória, uma vez que o prazo é de dois anos.

53 Proposta a ação rescisória, deve o juiz suspender a execução da sentença rescindenda, evitando, assim, decisão contraditória.

Quanto ao pedido, que, conforme artigo pertinente do Código de Processo Civil, deve ser certo e determinado, julgue os itens que se seguem.

54 Quando o autor intenta uma ação de petição de herança e pede simplesmente que o juiz condene o réu a restituir-lhe os bens que compõem o acervo hereditário, sem que, na inicial, haja a descrição de cada um desses bens, justificando-se com a impossibilidade de individualizar os bens que compõem a universalidade da demanda, o autor faz um pedido genérico admitido na legislação pátria.

55 Haverá pedido alternativo cumulado quando houver uma obrigação alternativa, ou seja, quando o devedor puder cumprir a prestação por mais de um modo, podendo, nesse caso, o direito de escolha ser do credor ou do devedor.

Em uma contestação, o réu alegou, em preliminar, a inépcia da inicial e a exceção em decorrência do impedimento do juiz, por ser este irmão do advogado do autor. Quanto ao mérito, o réu alegou a nulidade da citação.

Acerca da situação hipotética acima descrita, julgue os itens seguintes.

56 Nessa situação, o réu deveria ter alegado o impedimento em peça própria, na qual a exceção seria processada em apenso nos autos.

57 A nulidade da citação foi alegada em momento inoportuno, pois deveria ter sido alegada preliminarmente ao mérito.

A revelia, que se configura quando o réu regularmente citado não contesta a ação, é considerada como a omissão do demandado em defender-se. Quanto à revelia e seus efeitos, julgue os itens que se seguem.

58 Apesar de a revelia gerar a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, não pode o juiz deixar de realizar a audiência de instrução e julgamento, pois tal fato é considerado julgamento antecipado da lide e acarreta nulidade.

59 Ainda que ocorra a revelia, o autor não poderá mudar o pedido ou a causa de pedir, salvo se promover nova citação do réu, assegurando-lhe direito de resposta no prazo de 15 dias.

60 Em ação de investigação de paternidade, caso ocorra a revelia, serão considerados como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, os quais serão considerados incontroversos, não tendo de ser demonstrados, razão por que ocorrerá o julgamento antecipado da lide.

Hely Lopes Meirelles, em sua obra **Direito Administrativo Brasileiro**, diz que a administração pública realiza sua função executiva por meio de atos jurídicos que recebem a denominação especial de atos administrativos. Nessa mesma obra, o autor define ato administrativo como sendo toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. Acerca dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- 61 Para a prática do ato administrativo, a competência é a condição primeira de sua validade, pois nenhum ato, discricionário ou vinculado, pode ser realizado validamente sem que o agente disponha de poder legal para praticá-lo.
- 62 A auto-executoriedade do ato administrativo consiste na imediata execução pela própria administração, bastando para isso uma simples ordem judicial.
- 63 Ato de gestão é o ato administrativo utilizado pela administração nas desapropriações, nas interdições de atividades, nas ordens estatutárias, usando de sua supremacia sobre o administrado ou servidor, impondo-lhes obrigatório atendimento.
- 64 Anulação é a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, realizada pela administração, e somente por ela, por não mais lhe convir sua existência.
- 65 Revogação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal, feita pela própria administração ou pelo Poder Judiciário.

Quando o poder público, compulsoriamente, retira ou restringe direitos dominiais privados ou sujeita o uso de bens particulares a uma destinação de interesse público, ocorre a intervenção na propriedade privada, que tem fundamento na necessidade ou na utilidade pública, ou no interesse social. Quanto a esse tema, julgue os itens que se seguem.

- 66 Em nenhuma hipótese os bens públicos são passíveis de desapropriação.
- 67 A desapropriação para reforma agrária poderá ser feita pela União, estados, Distrito Federal ou pelos municípios, mediante justa e prévia indenização.
- 68 Não podem ser objeto de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra.
- 69 Retrocessão é a obrigação que se impõe ao expropriante de oferecer o bem ao expropriado, quando não lhe der o destino declarado no ato expropriatório.

A respeito da Lei n.º 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos administrativos da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 70 Os contratos administrativos de que trata a Lei n.º 8.666/1993 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 71 Nas contratações de obras e serviços e compras, desde que previstas no instrumento convocatório, a administração poderá exigir prestação de garantia, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 72 Nos contratos administrativos, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 50% do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 25% para os seus acréscimos.
- 73 A administração poderá dispensar a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. Os contratos que tiverem origem nessa hipótese de dispensa de licitação poderão ser firmados pelo prazo máximo de um ano e poderão ser prorrogados uma única vez.

Segundo o Código Civil brasileiro, são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Todos os outros bens são particulares, seja qual for a pessoa a quem pertencerem. Com relação aos bens públicos, julgue os seguintes itens.

- 74 Os mares e os rios são bens públicos classificados como de uso comum do povo.
- 75 Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

Paulo é empregado da empresa Companhia do Computador Ltda., com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com jornada de trabalho de segunda a sexta-feira, de 18 h a 1 h 30 min do dia seguinte, e aos sábados de 18 h às 22 h. Paulo foi contratado em 17 de janeiro de 2005 e não tem direito a revezamento semanal ou quinzenal no seu horário de trabalho.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 76 Paulo tem jornada de trabalho de 44 horas semanais.
- 77 De acordo com a CLT, após as vinte horas, o trabalho de Paulo é considerado noturno, por isso ele tem direito a remuneração superior às horas trabalhadas no turno diurno.
- 78 No ano de 2005, Paulo não terá direito a gozo de férias.

Acerca dos recursos no processo do trabalho, julgue os itens subseqüentes.

- 79 Das decisões no processo do trabalho são admissíveis recursos de embargos, agravo, recurso ordinário, recurso de revista e recurso extraordinário.
- 80 O prazo para interpor agravo é de dez dias.
- 81 O recurso de revista é dotado de efeito apenas devolutivo.
- 82 O recurso de revista, nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição Federal.
- 83 A execução da sentença será suspensa quando da interposição de agravo de instrumento contra despacho que não receber agravo de petição.

A Constituição Federal, art. 153, VII, prevê a criação de imposto sobre grandes fortunas. A respeito desse tema, julgue os seguintes itens.

- 84 Tendo em vista as desigualdades regionais e em face do princípio da capacidade contributiva, o imposto sobre grandes fortunas, ao ser instituído, fica restrito às fortunas localizadas nos estados mais ricos da federação.
- 85 Para que o imposto sobre grandes fortunas seja exigido e cobrado no exercício financeiro de 2005, a lei que o instituir deve ser editada antes do término desse mesmo exercício, pois o Código Tributário Nacional proíbe a cobrança de tributos retroativamente.

Acerca de obrigação tributária, julgue os itens que se seguem.

- 86 A obrigação tributária acessória não cumprida converte-se em obrigação principal no que se refere à penalidade pecuniária.
- 87 Para que a pessoa física tenha capacidade tributária não pode estar sujeita a medidas que importem na privação de administrar diretamente os seus próprios bens ou negócios.

Pedro instalou-se em um imóvel rural, mantendo sobre esse bem a posse mansa e pacífica, sem, contudo, ter o domínio da propriedade.

Em face dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 88 Sobre o imóvel em questão há incidência de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência da União.
- 89 Pedro, pelo simples fato de ser o possuidor do bem, é considerado o contribuinte do ITR desse imóvel, mesmo não sendo o seu proprietário.

A empresa Cimento Frio Ltda. (CFL), classificada como de médio porte, tem atividade preponderante de grau de risco de acidentes de trabalho considerado médio. Os serviços de vigilância e de limpeza da CFL são terceirizados para a empresa Vigilância Forte Ltda. (VFL), mediante cessão de mão de obra.

Com base nas Leis n.ºs 8.212 e 8.213/1991 e na situação hipotética acima, julgue os itens subseqüentes.

- 90 A contribuição social a cargo da CFL para o financiamento da aposentadoria especial e dos benefícios concedidos em razão da incapacidade laborativa decorrente dos riscos do trabalho é de 2% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados e trabalhadores avulsos.
- 91 As contribuições dos segurados empregados da CFL são calculadas sobre os respectivos salários de contribuição, não integrando essa base de cálculo as importâncias recebidas a título de férias indenizadas.
- 92 A CFL deve reter 12% sobre o valor da nota fiscal de prestação de serviços de vigilância e de limpeza da empresa VFL, e recolher ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) até o dia 2 do mês subseqüente ao da emissão da nota fiscal, em nome da VFL.

Quanto à seguridade social, julgue os itens a seguir.

- 93 A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social e à educação.
- 94 A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e, entre outras contribuições sociais, a do importador de bens ou serviços do exterior.
- 95 Considere que Maria, de 70 anos de idade, não tenha família nem possua meios para a sua própria manutenção. Ela pleiteou junto ao INSS a concessão de benefício de um salário mínimo mensal para a sua subsistência. Nessa situação, para que seu pedido seja deferido, Maria terá de comprovar que contribuiu, pelo menos por um ano, para a seguridade social.

Julgue os itens seguintes, relativos a recuperação judicial e extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

96 Reputa-se competente para deferir requerimento de recuperação judicial o juízo do principal estabelecimento de instituição financeira privada que possua filiais em mais de uma unidade da federação.

97 Considere que determinada sociedade limitada, passando por grave crise econômico-financeira, requeira ao juízo competente sua recuperação judicial e, verificados os requisitos legais, seja deferido o pedido. Assim, em razão do deferimento da recuperação judicial, todas as ações executivas contra a sociedade serão suspensas, inclusive as de natureza fiscal.

98 Considere a seguinte situação hipotética.

No curso de regular procedimento de recuperação judicial, determinada pessoa jurídica prestadora de serviços de limpeza e conservação firmou contrato com alguns de seus fornecedores, em razão de que não houve a paralisação de suas atividades empresariais.

Nessa situação, os créditos decorrentes das obrigações contraídas após o deferimento do processamento da recuperação judicial serão considerados extraconcursais, caso seja decretada a falência.

99 Deverá ser decretada a falência de sociedade empresária que apresente seu plano de recuperação em prazo superior a sessenta dias após a publicação da decisão que tenha deferido o processamento da recuperação judicial.

100 Decretada a falência de determinado empresário, todos os créditos em moeda estrangeira decorrentes de suas obrigações serão convertidos em moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial.

101 Considere que determinada sociedade empresária tenha requerido a homologação de plano de recuperação extrajudicial, uma vez preenchidos os requisitos legais. Nesse caso, será vedado aos credores não sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial o pedido de decretação de falência da referida sociedade empresária.

102 Considere a seguinte situação hipotética.

Um empresário devedor propôs aos seus credores plano de recuperação extrajudicial e a maioria aderiu. Após a regular distribuição do plano de recuperação para homologação do juízo competente, alguns credores decidiram desistir da adesão.

Nessa situação, a desistência dependerá da anuência expressa dos demais credores signatários.

103 As sociedades empresárias que explorem serviços aéreos privados estarão impedidas de requerer recuperação judicial ou extrajudicial.

104 Considere a seguinte situação hipotética.

João ajuizou reclamação trabalhista em desfavor da pessoa jurídica América Construtora e Incorporadora Ltda. visando ao reconhecimento de vínculo empregatício e recebimento das verbas pertinentes. Durante a fase de conhecimento, a construtora foi condenada ao pagamento de verbas laborais em montante equivalente a 250 salários mínimos. Antes de iniciada a execução, foi decretada a falência da referida pessoa jurídica.

Nessa situação, João apenas poderá pleitear perante o juízo da falência créditos até o limite de 150 salários mínimos, devendo renunciar ao excedente.

105 Considere a seguinte situação hipotética.

A pessoa jurídica Luna Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. – ME, uma microempresa, após a prolação da sentença que decretou sua falência, praticou ato fraudulento em prejuízo de seus credores.

Nessa situação, por se tratar de microempresa e não sendo constatada prática habitual de condutas fraudulentas por parte da pessoa jurídica falida, poderá o juízo da falência substituir a pena aplicável ao caso por prestação de serviços à comunidade.

Acerca do concurso de pessoas, julgue os próximos itens.

106 Considere que dois indivíduos disparem simultaneamente na vítima provocando-lhe morte imediata, sem que um conheça a conduta do outro. Nessa situação, ambos responderão por homicídio doloso, vez que agiram buscando o mesmo resultado, o que, por si só, caracteriza o concurso de agentes.

107 No peculato, crime próprio de funcionário público, não é possível a co-autoria de um particular, dada a absoluta incomunicabilidade da circunstância elementar do crime.

Julgue os itens a seguir, relativos aos crimes contra o meio ambiente.

108 A prestação de serviços à comunidade, em crimes previstos no Código Penal, deve ser cumprida em entidades públicas em sentido amplo. No entanto, tal sanção, nos crimes ambientais, será cumprida em locais públicos em sentido mais estrito, ou seja, em lugares onde há interesse ecológico.

109 Se o agente praticar crime de caça em um parque nacional, a competência para o respectivo processo e julgamento será da justiça federal. Se o mesmo delito for cometido em um parque estadual ou municipal, ou ainda, em propriedade particular, a justiça estadual será competente para processar e julgar o infrator.

110 Nas infrações penais contra o meio ambiente, a ação penal é, de regra, pública incondicionada, todavia, tratando-se de crime ambiental praticado em terras particulares, caberá ao proprietário a titularidade da ação penal.

Tício, portador de grave enfermidade psíquica, foi preso e autuado em flagrante após a prática de estupro. Encaminhado para exame de insanidade mental por determinação do juiz, o laudo pericial concluiu que, no momento do crime, faltava ao agente plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.

Com relação à situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

- 111 A conduta de Tício, apesar de típica e ilícita, não é culpável, pois que a doença mental é causa excludente da imputabilidade.
- 112 Trata-se de causa de extinção da punibilidade, que não exclui o crime e a culpabilidade, mas afasta o direito de punir do Estado.

Apresentada proposta de Emenda Constitucional pelo presidente da República no sentido de garantir aos estados-membros o direito de secessão, o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação, na forma do que determina o art. 60 da Constituição Federal.

Com relação à situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 113 Trata-se de matéria que não pode ser sujeita ao poder de reforma constitucional, pois que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.
- 114 A referida matéria não será discutida pelo Congresso Nacional, visto que não cabe ao presidente da República a iniciativa de proposta de emenda constitucional.
- 115 Trata-se de proposta viável sob o ponto de vista constitucional, pois tendo o Brasil assumido a forma federativa de Estado, o direito de secessão é garantido aos estados-membros.
- 116 Sendo a proposta previamente aprovada pelas comissões técnicas das duas Casas do Congresso Nacional, o processo legislativo será o mesmo da lei ordinária, exigindo-se para a sua aprovação voto favorável da maioria dos parlamentares presentes na sessão.

A respeito dos direitos e garantias constitucionais, julgue os itens seguintes.

117 Considere a seguinte situação hipotética.

Autoridade policial, munida do competente mandado judicial, adentra na residência de Carlos visando à apreensão de provas da prática de um crime. O cumprimento do mandado teve início às 21 h e término às 23 h 30 min.

Nessa situação, foi observado o direito constitucional de inviolabilidade do domicílio, visto que a autoridade policial encontrava-se resguardada por determinação judicial.

118 O *habeas corpus* é cabível contra ato ilegal de autoridade, sendo remédio constitucional de natureza preventiva no caso de estar o paciente ameaçado de violência ou coação em sua liberdade de locomoção.

119 Para a extradição do estrangeiro, é necessário que, além da condenação penal ou do mandado de prisão emanados de autoridade competente do país solicitante, o fato seja considerado crime não só no Estado estrangeiro, mas também no Brasil.

120 Considere que um concurso público para o cargo de advogado de determinada autarquia tenha imposto como exigência para inscrição a apresentação, por parte dos candidatos do sexo feminino, de atestado de gravidez negativo e laudo médico de esterilização. Nessa situação, é correto afirmar que tal limitação se adequa aos princípios constitucionais da igualdade e da isonomia, desde que a exigência esteja prevista no edital do concurso, de forma a estabelecer regras próprias para o referido certame.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para as **FOLHAS DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Nas folhas de **texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Um agricultor contratou uma empreiteira para executar a construção de um prédio em sua propriedade agrícola para a implantação de uma agroindústria. No contrato, a empreiteira comprometeu-se a realizar a obra conforme o projeto elaborado por um engenheiro contratado pelo agricultor e a realizá-la em conformidade com as especificações constantes no projeto. Ficou também determinado, no contrato, que a empreitada seria de labor ou mão-de-obra e que o empreiteiro teria o prazo de 180 dias, prorrogável por mais 15 dias, para a entrega da obra. Conforme determinação expressa em contrato, o valor da empreitada não sofreria acréscimo. Ficou também ajustado que a paralisação da obra implicaria multa de duzentos dólares por dia e o inadimplemento da obrigação, uma cláusula penal compensatória de R\$ 40.000,00 mais perdas e danos. Durante a execução da referida obra, surgiram dificuldades imprevisíveis em decorrência de causas geológicas e hídricas, que geraram aumento considerável de tempo e mão-de-obra, de tal modo que a empreitada tornou-se excessivamente onerosa para o empreiteiro. Mesmo ciente dos fatos, uma vez que acompanhava a execução da obra, o agricultor se negou a reajustar o preço da obra inerente ao projeto. O empreiteiro, diante da onerosidade excessiva e da extrema vantagem auferida pelo agricultor, paralisou a obra requerendo que o juiz corrigisse o contrato, de modo a assegurar o valor real da prestação, e, não aceitando o agricultor modificar eqüitativamente o valor da prestação de modo a restabelecer o equilíbrio do contrato, que então o juiz determinasse a resolução do contrato. Por sua vez, o dono da obra exigiu o pagamento de multa diária em decorrência da paralisação da obra, e, não retornando a obra, que fosse o empreiteiro obrigado a pagar a cláusula penal compensatória e as perdas e danos, que incluiriam os lucros cessantes, contados desde o momento que a agroindústria poderia estar funcionando.

Com referência à situação hipotética apresentada acima, redija um texto dissertativo que, necessariamente, responda, de modo justificado e da forma mais completa possível, aos seguintes questionamentos.

- A cláusula penal moratória, constante no contrato é válida, nula ou anulável? Caso seja válida, esclareça se, na hipótese apresentada, ela pode ser exigida. Responda também, se é possível, conforme estipulado no contrato, exigir cláusula penal compensatória e perdas e danos? Admite-se a cumulação da cláusula penal compensatória com o cumprimento da obrigação?
- A onerosidade excessiva é uma hipótese legítima para o empreiteiro paralisar a obra?
- Na hipótese considerada, é cabível a revisão judicial ou a resolução do contrato? Fundamente sua resposta no princípio da autonomia da vontade, no *pacta sunt servanda* e na teoria da imprevisão.